



36.ª REUNIÃO DO SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ATA

Lisboa, Portugal, 29 e 30 de março de 2023

Decorreu, nos dias 29 e 30 de março de 2023, em Lisboa, Portugal, a 36.ª Reunião do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), presidida pelo Major-general Nuno Lemos Pires, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) de Portugal, na qualidade de Coordenador do Núcleo Permanente do SPAD (NPSPAD).

Na Reunião estiveram presentes Delegações de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo sido registada a ausência da Guiné-Bissau. Nela participaram, também, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda e o Representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Miguel Levy, tendo o secretariado desta Reunião ficado a cargo do NPSPAD, que elaborou a presente Ata.

Na sessão de abertura, o Coordenador do NPSPAD deu as boas-vindas a todos os participantes, referindo a importância do envolvimento e compromisso de todos no desenvolvimento dos trabalhos e das atividades previstas para este ciclo de decisão que agora se inicia. Sublinhou como distintivo desta comunidade lusófona, a sua unidade e coesão, e a interoperabilidade das respetivas Forças Armadas, e relevou, em exemplo disso, a integração de militares de diferentes Estados-membros em Forças Nacionais Destacadas Portuguesas em diversas operações de paz, potenciando a afirmação da Componente de Defesa como instrumento para a manutenção da paz e da segurança.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



Frisou, igualmente, iniciativas em curso no âmbito da segurança marítima e, especialmente, o papel do Centro do Atlântico nesta afirmação individual dos países da CPLP e, simultaneamente, como vetor de dinamização e visibilidade da própria Comunidade.

Destacou, ainda, alguns dos pontos em discussão, nomeadamente o Memorando de Entendimento constitutivo da Célula CIMIC/ CPLP, que visa edificar juridicamente este projeto que deu já os seus primeiros passos, com a realização, em novembro passado, de um primeiro estágio CIMIC dedicado à CPLP; tendo mencionado, ainda, as propostas para a criação de um fórum para cooperação em geointeligência e a eventual criação de um curso avançado de defesa, caracterizando-as como exemplo da aposta contínua na formação e capacitação dos Estados-membros e respetivas Forças Armadas.

Concluiu, valorizando o papel do Centro de Análise Estratégica no desenvolvimento do pensamento, estudo e reflexão desta Componente, assumindo-se já como uma referência para outros países e entidades, e contribuindo significativamente para a construção de uma cultura estratégica da CPLP.

A fechar, formulou votos de trabalhos profícuos, delegando no Diretor de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa, Coronel Henrique Mateus, a Coordenação da Reunião, tendo este reiterado as boas-vindas às Delegações e dado início aos trabalhos, com a aprovação da Agenda previamente circulada.

1. Aprovação da Agenda de Trabalhos

O Coordenador submeteu a Agenda de Trabalhos à consideração do Plenário, tendo sido aprovada por unanimidade – **Anexo A**. Não foram propostos outros tópicos.

2. Célula CIMIC/CPLP – Memorando de Entendimento para a Constituição e Emprego de uma Célula de Coordenação Civil-Militar

Neste ponto, o Coordenador começou por recordar que a Célula de Cooperação/Coordenação Civil-Militar (CIMIC/CPLP) foi aprovada na última Reunião de



Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados da CPLP, de 25 de maio de 2022, em Cabo Verde. Frisou, ainda, que para a constituição dessa Célula que visa a eventual participação de militares ou componentes dos Estados-membros em operações de paz, é necessário um edifício jurídico – o Memorando de Entendimento (MdE) em **Anexo B**.

Explanou que este MdE resulta de uma proposta de Portugal que foi apresentada e debatida no âmbito do Grupo de Trabalho (GTOP) constituído para esse efeito, tendo nele sido reunidos contributos dos demais Estados-membros, que foram sendo analisados e integrados no projeto agora consensualizado e acordado. Reiterou a necessidade de identificação, como previsto na 9.ª secção deste MdE, de uma entidade responsável para a sua execução e coordenação, e que constará como Ponto de Contacto em declaração anexa ao Memorando.

Dada a palavra aos Estados-membros, concluiu-se pela concordância da submissão do presente Memorando de Entendimento ao atual ciclo de decisão da Componente, para validação da Reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA/CPLP) e da Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN/CPLP), e aprovação da Reunião de Ministros da Defesa Nacional (MDN/CPLP).

3. Plano de Ação 1325 – 1.ª monitorização anual

Neste ponto, foi convidada a intervir a Coordenadora do Grupo de Trabalho para o Plano de Ação da Componente para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (GT 1325).

A Coordenadora do GT 1325 recordou a aprovação, em junho de 2021, do referido Plano de Ação e recordou que este é objeto de monitorizações anuais, a cargo de cada Estado-membro e centralizadas no NPSPAD, sendo a primeira monitorização anual em **Anexo C**, a primeira.

Apresentando a monitorização, salientou que a mesma consolida os contributos recebidos dos Estados-membros e reflete o grau de implementação do Plano em cada um, aferindo o cumprimento das medidas nele inscritas e dos indicadores de execução previstos.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'M. L. C. Sousa' and 'Campos'.]



Nesta oportunidade, foram sinalizadas algumas lições identificadas durante a realização deste exercício, nomeadamente, ao nível da recolha de contributos, da sua interpretação e análise, e do desajustamento de algumas medidas. Deste levantamento, e como recomendação, foi proposto, pelo NPSPAD, submeter ao ciclo de decisão atual, uma proposta de revisão do Plano de Ação 1325, a ter lugar em 2025, altura em que tendo já sido realizadas 3 monitorizações anuais, existiria um volume de informação razoável que permitisse identificar problemas/lacunas na estruturação e interpretação deste Plano, visando colmatá-las nessa revisão.

Finalizada a exposição, as Delegações tomaram da palavra para partilhar algumas das medidas que internamente têm sido adotadas para procurar responder e concretizar as ações e indicadores específicos deste Plano, e os esforços diligenciados nesse sentido.

Colocadas à consideração do Plenário a proposta de monitorização apresentada, assim como a proposta de revisão do Plano de Ação para 2025, ambas mereceram acolhimento e foram consideradas em condições de submissão ao ciclo de decisão atual.

4. Código de Conduta para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos – (medida 2.1 do Plano de Ação 1325)

Neste ponto, decorrente do imediatamente anterior, interveio igualmente a Coordenadora do GT 1325, Dr.^a Iara Campos, para apresentar este projeto de Código de Conduta, em **Anexo D**.

Enquadrado como resultado de uma das medidas do Plano de Ação que prevê, precisamente, a aprovação de um Código de conduta da Componente de Defesa da CPLP para a prevenção contra todas as formas de violência relacionada com os conflitos, em particular a exploração e abuso sexual e a violência baseada no género, foi mencionado que este Código se perspetiva como um instrumento de sensibilização e capacitação, que reflita o compromisso e o contributo da Componente de Defesa para a prevenção e combate à violência sexual relacionada com os conflitos, e o alinhamento dos seus padrões éticos com as normas



internacionais aplicáveis. Foi, ainda, apresentado o objeto, finalidade, âmbito, valores e princípios consagrados, e as normas e comportamentos que enformam este Código e explanado o seu contributo para uma conduta inspirada e centrada nos direitos humanos.

Após profícuo debate entre os Participantes, e reconhecendo o elevado compromisso da Componente de Defesa com estas realidades, foi considerado que seria vantajoso para a densificação e maturação deste projeto, que o GT 1325 continuasse a trabalhar no mesmo, apresentando uma nova proposta à XVIII Reunião de DPDN/CPLP, em outubro próximo.

O Coordenador registou a proposta, tendo alertado para a necessidade de contínuo envolvimento dos Estados-membros no envio de contributos para este projeto, solicitando que os respetivos pontos focais no GT 1325 fossem mantidos atualizados, para assegurar essa comunicação fluída.

5. Matriz da Nova Visão Estratégica da CPLP – avaliação

Neste ponto, o Coordenador apresentou brevemente a Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP, igualmente adotada nesta Componente de Defesa, e relevou alguns dos documentos, iniciativas e atividades nela registados de forma integrada, em **Anexo E**.

Acentuou que esta Matriz é um registo vivo que, por isso, requer a contribuição contínua de todos os Órgãos da Componente de Defesa, para que reflita, de forma estruturada e abrangente, os desenvolvimentos e os resultados da atuação da Componente, e permitindo a identificação de eventuais novas áreas a explorar ou domínios prioritários.

Colocada à consideração, concluiu-se pela anuência de todos à submissão desta proposta de reporte da Matriz da Nova Visão Estratégica ao atual ciclo de decisão.

Handwritten signatures and initials in blue and black ink at the bottom of the page. Some legible names include "Campos", "Mlicussa", and "5".



6. Relatório Anual da Componente de Defesa (CODEF)

Neste ponto, o Coordenador, recuperando a proposta veiculada na última Reunião de DPDN/CPLP, em outubro passado, em Malabo, para a elaboração de um relatório anual de atividades (CODEF) que reflita o trabalho que é desempenhado pela Componente de Defesa durante o ciclo anual de decisão, colocou à consideração uma possível estrutura idealizada para esse Relatório, em **Anexo F**.

A sugestão de estrutura apresentada contemplaria uma Mensagem da Presidência da Componente de Defesa - um 'sumário' onde o respetivo Ministro da Defesa poderia destacar as principais deliberações, iniciativas e desafios durante esse ciclo; um breve enquadramento sobre o funcionamento da Componente de Defesa e dos seus Órgãos; as figuras das Estruturas Superiores de Defesa de cada Estado-membro; um calendário das atividades previstas; um relato das atividades que efetivamente viriam a realizar-se; e os principais resultados do ciclo.

Os Estados-membros registaram a proposta, tendo solicitado um prazo para reação à mesma, confirmando-a ou sugerindo outros elementos a considerar. Ficou, assim, acordado que os Estados-membros diligenciarão internamente por estes contributos, comunicando o seu posicionamento ao NPSPAD até ao próximo dia 17 de abril, habilitando a consensualização desta proposta até à próxima Reunião de CEMGFA/CPLP.

7. Proposta de criação de um fórum para cooperação em geointeligência

Neste ponto, é recordada a proposta apresentada pelo Brasil na última Reunião de DPDN/CPLP, para a criação de um fórum para cooperação em geointeligência, que possibilite a recolha, integração, avaliação, análise e a interpretação de dados georreferenciados tendo em vista apoiar o processo de decisão.

Para abordar o tópico, foi convidada a intervir a Delegação Brasileira que, com apoio numa apresentação em **Anexo G**, abordou a Geointeligência como ferramenta de apoio à decisão, apresentou o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, expôs



também alguns exemplos de produtos que recorrem ao uso da geointeligência, e elencou eventuais possibilidades de cooperação, neste âmbito.

Terminou a exposição, realçando a importância da criação deste fórum de geointeligência no domínio da defesa, para a capacitação das Forças Armadas dos Estados-membros, bem como para um melhor aproveitamento de tecnologias do Sistema de Informações Geográficas e partilha de produtos próprios.

A proposta foi recebida com agrado e, após um proveitoso debate entre os Participantes, reconhecida a necessidade de concretização dos moldes que revestiria este fórum, bem como da identificação das capacidades e dificuldades de cada Estado-membro nesta matéria, atenta a necessidade de amadurecer a ideia, ficou acordada a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) que se debruçaria sobre estes pontos e próximos passos, trabalhando numa proposta a apresentar à XVIII Reunião de DPDN/CPLP, em outubro, e para submissão ao ciclo de decisão de 2024.

Ficou, igualmente, acordado que este GT seria coordenado pelo Brasil, na pessoa do CMG Walter Marinho, e que cada Estado-membro diligenciaria internamente para identificar um ponto focal neste GT, devendo indicá-lo ao Coordenador do GT, dando conhecimento ao NPSPAD, até ao próximo dia 17 de abril.

8. Oferta de capacitação académica (Curso avançado de Defesa)

Neste ponto, foram recordadas as ofertas formativas lançadas pelo Brasil, na última Reunião de DPDN/CPLP, destacando a eventual criação de um Curso Avançado de Defesa.

O Brasil, apoiado numa apresentação em **Anexo H**, reiterou as ofertas no âmbito dos seus cursos destinados a Alunos das Nações Amigas (ANA), elencando-os e dando mais informações administrativas sobre cada um.

Tendo sinalizado ainda não se encontrar disponível o Catálogo de cursos referente a 2024, o Brasil disponibiliza, neste momento, ao NPSPAD o Catálogo e Portaria referentes a 2023.

h
g
AMPLICASSA
Campos
7



solicitando o seu reencaminhamento aos Delegados no SPAD, para que estes possam dotar os respetivos Estados-membros de informação prévia, que não se prevê muito distinta do ano transato.

Os Estados-membros interessados em indicar alunos para os referidos cursos, deverão manifestar esse interesse pela via diplomática/adidância, encaminhando igualmente essa solicitação por intermédio do NPSPAD, até ao dia 25 de maio de 2023.

Sobre a proposta para criação do Curso Avançado de Defesa (CAD-CPLP), foi indicado, pela Delegação Brasileira, que aguardam o envio de informação complementar, por parte das respetivas autoridades competentes, nomeadamente ao nível da estruturação dos conteúdos programáticos do CAD-CPLP, que fariam chegar ao NPSPAD assim que possível, para circulação pelos restantes Estados-membros.

O Plenário recebeu com entusiasmo as referidas ofertas formativas, concordando pela submissão da proposta de criação do CAD-CPLP ao ciclo de decisão atual.

9. Calendarização de Reuniões dos Órgãos da Componente de Defesa da CPLP em 2023 (DSMI; CEMGFA; DPDN; MDN; DPD)

Neste ponto, o Coordenador deu nota do calendário das Reuniões dos Órgãos da Componente de Defesa, neste ciclo de decisão de 2023.

Foram, então, confirmadas: a 3.^a Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados (DSIM/CPLP), que decorrerá em Luanda, a 10, 11 e 12 de abril próximo; a 24.^a Reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados (CEMGFA/CPLP), que decorrerá em São Tomé, nos próximos dias 27 e 28 de abril; a XVII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados (DPDN/CPLP) e a XXII Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados- (MDN/CPLP), que, em virtude do alinhamento da Presidência da Componente de Defesa com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, são assumidas por Angola, e terão lugar em Luanda, tendo sido comunicada, durante a reunião, a data de 27 a 30 de maio.



Foram, ainda, auscultadas as Delegações para eventuais propostas de acolhimento para a XVIII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados (DPDN/CPLP), tendo ficado acordado que esta Reunião seria acolhida por Portugal, em outubro próximo, tentativamente nos dias 30 e 31.

10. Confirmação dos delegados do SPAD

Neste ponto, as Delegações confirmaram os dois elementos que, em cada Estado-membro, se constituem como delegados do SPAD, representando os respetivos Ministérios de Defesa Nacional ou equiparados e os Estados-Maiores-Generais das Forças Armadas ou equiparados.

11. Colégio de Defesa – 4.^a, 5.^a, 6.^a e 7.^a edições

O Coordenador aludiu ao sucesso da 3.^a edição do Colégio de Defesa, realizada pelo Instituto Universitário Militar, por via telemática, e contemplando o Curso de Geopolítica de África: o Papel da CPLP na Segurança Regional, tendo nele participado perto de 300 participantes, oriundos de todos os Estados-membros.

Foi feito um ponto de situação, por Moçambique, sobre a 4.^a edição que decorrerá, em Maputo, de 19 a 23 de junho próximo, com o Curso de Defesa e Segurança: "Papel da CPLP no Combate e Gestão do Terrorismo nos Estados-membros".

Brasil e Angola confirmaram, igualmente, o acolhimento da 5.^a edição (2024) e da 6.^a edição (2025), respetivamente.

Não foram, nesta oportunidade, recebidas propostas de acolhimento para a 7.^a edição, tendo sido frisada a necessidade de os Estados-membros diligenciarem internamente por essa possibilidade, de forma a manter este fórum ativo.

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including names like 'Campos', 'Mucissa', and 'Wald'.]



12. Exercício FELINO

Neste ponto, recordou-se a calendarização inicialmente prevista para a realização do Exercício FELINO, que seria Exercício na Carta (EC) pela Guiné-Bissau, em 2022 e com Forças no Terreno (FT) por Portugal, em 2023. Depois de manifestada indisponibilidade da Guiné-Bissau acolher o EC em 2022, este foi adiado para o último trimestre de 2023, com o apoio de Portugal na Guiné-Bissau.

Atenta esta alteração, a Delegação de Portugal manifestou disponibilidade para dar continuidade ao planeamento do Exercício FELINO, com FT, em 2024, colocando à consideração do plenário este adiamento que faria avançar os ciclos subsequentes, nomeadamente o já aprovado (Guiné Equatorial/Brasil), para 2025/2026.

A proposta de Portugal foi aceite pelo Plenário, tendo sido acordado que seria submetida ao atual ciclo de decisão, para validação e aprovação.

Não foram registadas propostas de acolhimento para os próximos ciclos do exercício da série FELINO.

13. Atividades e documentos do CAE/CPLP – síntese informativa

Neste ponto, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Coronel Armindo Sá Miranda, apresentou uma síntese informativa, em **Anexo I**, mencionando as atividades desenvolvidas, e as contas deste Centro, atinentes ao ano de 2022.

No contexto do exercício anual do cargo de Diretor do CAE/CPLP (Estrutura Central) e dos Núcleos Nacionais dos Estados-membros (Estrutura Descentralizada), destacou a realização de Seminários Internacionais Politico-Estratégicos, Ciclos de Palestras, Cursos, Publicação de Boletins e Revista, assim como a participação nas diversas reuniões dos órgãos da Componente de Defesa. Assinalou, ainda, a criação de um Grupo de Trabalho *ad hoc* para Revisão do Estatuto e Regulamento do CAE, a ser apresentada em novembro; a edição do Livro '25 Anos da Cooperação de Defesa na CPLP' que aguarda contributos dos Estados-



membros através dos respetivos Núcleos Nacionais; assim como a comemoração dos 20 anos deste Centro.

Abordando a questão orçamental, e concretamente as contribuições anuais do Fundo Especial do CAE, sublinhou o défice nas contas, por incumprimento das contribuições anuais por parte de alguns Estados-membros, que dificulta substancialmente a realização das tarefas e atividades a que este Centro se propõe, reiterando a necessidade do cumprimento atempado deste compromisso para o bom funcionamento do CAE/CPLP.

Os documentos e instrumentos de gestão apresentados pelo Diretor do CAE foram colocados à apreciação do Plenário e considerados em condições de ser submetidos à apreciação e aprovação do atual ciclo de decisão.

14. XIX Encontro de Saúde Militar e IX Fórum de Saúde Militar, da CPLP-Conclusões

Para apresentar este ponto foi convidada a intervir a Major Sílvia Sousa, Coordenadora-Adjunta do Fórum de Saúde Militar (FSM). Na sua intervenção, deu nota das conclusões do XIX Encontro de Saúde Militar (ESM) da CPLP, realizado em Maputo e do IX Fórum de Saúde Militar da CPLP, realizado em Lisboa.

Do IX Fórum de Saúde Militar da CPLP, realizado a 28 de março, cujo Relatório consta do **Anexo J**, destacou a discussão sobre a necessidade de reforço das áreas de cooperação entre os Serviços de Saúde Militar da CPLP e sobre os possíveis contributos da Saúde Militar na concretização do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde 2023-2027.

Elencou, igualmente, as propostas resultantes deste Fórum de Saúde Militar, nomeadamente ao nível da Revisão dos procedimentos relativos ao Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para Formação e Investigação em Saúde Militar; do reforço das atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão Técnica (CT) da Biossegurança e Bioproteção; da criação de uma Comissão Técnica na área da Segurança Sanitária Mundial; do reforço da cooperação bilateral e multilateral entre Serviços de Saúde Militar da CPLP, e da articulação das Componentes de Defesa e da Saúde da CPLP.

by
m
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Sílvia Sousa
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



O XIX ESM/CPLP foi realizado a 16 e 17 de fevereiro, em Maputo sob o lema 'Saúde Militar no contexto da Segurança Sanitária Mundial' onde foi reforçada a necessidade de participação da Saúde Militar nos Exercícios FELINO e capacitação na área da Biossegurança e Bioproteção, através de possíveis projetos integrados em redes internacionais.

Relativamente à organização do XX ESM/CPLP, foi transmitido que os Estados-membros iriam avaliar internamente as respetivas condições para acolhimento e organização do próximo Encontro.

Foi registada a concordância com a submissão do Relatório Final do IX Fórum de Saúde Militar da CPLP ao ciclo de decisão atual.

15. Outras atividades

• VIII Conferência das Marinhas - 2024, Angola

Neste ponto, foi confirmada a disponibilidade da Marinha de Guerra de Angola acolher, conforme resulta da Recomendação n.º 10 da Ata da última Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, a próxima Conferência, em 2024.

• Eventual cooperação entre Inspeções da Defesa

Dando continuidade ao tema já abordado em 2019 e recordado o ano passado, na 35.^a Reunião do SPAD, foi confirmado o interesse numa eventual colaboração entre as Inspeções da Defesa Nacional ou instituições congéneres dos Estados-membros da CPLP.

Foi, nesta ocasião, reiterada a necessidade de identificação de um ponto focal nas respetivas Inspeções da Defesa e comunicação dessa informação ao NPSPAD, para o estabelecimento dos contactos necessários para uma primeira reunião exploratória.



16. Outros assuntos

Neste ponto, o Representante do Secretariado Executivo tomou da palavra para apresentar o trabalho já desenvolvido relativamente à criação de uma página dedicada à componente de Defesa a integrar no portal da CPLP, tendo destacado as diversas possibilidades que esta oferece, e acrescentando que este canal seria complementar à página da Componente de Defesa já desenvolvida pelo NPSPAD e aprovada pela XXI Reunião de MDN/CPLP.

Propôs, por isso, a migração da informação já disponível nessa página, sem prejuízo de serem acrescentados outros elementos, a serem reportados pelo NPSPAD.

O Plenário, reconhecendo o alcance que a proposta teria na visibilidade dos conteúdos, e assim, da atuação da cooperação em matéria de Defesa, concordou submeter a proposta ao ciclo de decisão atual.

Ainda nesta oportunidade, aludiu à XVI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Luanda, no dia 27 de março, tendo destacado a aprovação da Resolução Relativa à Revisão dos Estatutos da CPLP, que prevê a criação do pilar da cooperação económica, bem como a criação de uma Direção de Cooperação Económica na estrutura do Secretariado Executivo. Referiu, igualmente, que será dada continuidade à revisão do Regulamento dos Observadores Associados, instrumento jurídico que estabelecerá as normas para novas candidaturas a esta categoria.

Concluída a discussão dos pontos em Agenda, o Coordenador deu por encerrada a 36.ª Reunião do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente Ata.

Lisboa, aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e três.

Iman
M. Lucissa
I Campos



O Coordenador do Núcleo Permanente do SPAD

Major-General Nuno Lemos Pires

A Delegação da República de Angola

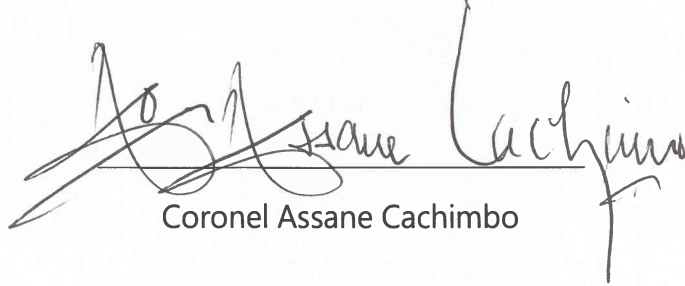
Brigadeiro Pedro Sozinho

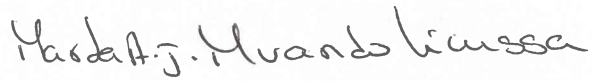
Dr.ª Patrícia Cussumua

Dr.ª Paula Geniel



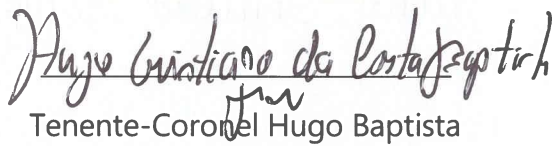
A Delegação de República de Moçambique


Coronel Assane Cachimbo



Tenente Marta Muando Licussa

A Delegação da República Portuguesa

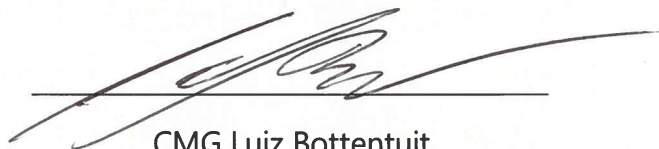

Tenente-Coronel Hugo Baptista



Dr.ª Iara Campos



A Delegação da República Federativa do Brasil



CMG Luiz Bottentuit



CMG Walter Marinho

A Delegação da República de Cabo Verde



Capitão-de-Patrolha José Lopes Tavares



Dr.ª Carla Monteiro

A Delegação da República da Guiné-Equatorial



General Lucas Obama Ndong Mikue



A Delegação da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Capitão Waldmyr Santos da Mata

Dr.^a Landecildeide Borges

A Delegação da República Democrática de Timor-Leste

Coronel Mário Baptista 'Bersama'



ANEXOS

- A.** Agenda e delegações
- B.** Memorando de Entendimento Célula CIMIC
- C.** Monitorização anual do Plano de Ação (2022)
- D.** Código de Conduta
- E.** Matriz da Nova Visão Estratégica
- F.** Estrutura do CODEF
- G.** Fórum para cooperação em geointeligência
- H.** Oferta formativa Brasil
- I.** Relatório de Atividades CAE 2022 e Orçamentos e Planos CAE
- J.** Relatório Final IX FSM CPLP